**PROCESSO**: **n º** 4701 – 5711/2016

**INTERESSADO:** IPASEAL – Gerência de Saúde.

**Assunto:** Liberação

**Detalhes:** Sol. Liberação de Pagamento OPM PAC. Sebastiana Vasco de Souza

Trata-se de **Processo Administrativo nº 4701 –** 4701 – 5711/2016, em 01 (um) volume, com 13 (treze) fls., que versa sobre a solicitação de pagamento a Empresa ENDO MED – Produtos Médicos Ltda., no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) referente à aquisição alça de ressecção para realização de RTU de bexiga.

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para análise final e parecer contábil conclusivo, atendendo ao que determina o Artigo 48 do Decreto Estadual nº 51.828/2017.

A análise restringiu-se a instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo:

Feitas as considerações PRELIMINARES acima expostas, passamos a analisar os aspectos que merecem relevo na aferição da *“análise e emissão de parecer técnico”,* conforme requerido pela Chefe de Gabinete da Controladoria Geral do Estado (fls. 13).

À fl. 02 - Constata-se uma solicitação de aquisição de ressecção para realização de RTU de bexiga, de 13/07/2016, de lavra do Gerente de Saúde, Marcio Mota Gomes.

Às fls. 03/04 - Verifica-se Solicitação de Internação Hospitalar do IPASEAL e relação do material necessário, ambos assinado pelo Médico Urologista José Hélcio Vaz da Costa datado de 12/07/2016

À fl. 05 - Constata-se Guia de Solicitação de Internação datado de 13/07/2016, assinado pelo Médico Cardiologista Marcos A. M. Coutinho.

À fl. 06 - Observa-se que foi acostada uma proposta da Empresa ENDO MED – Produtos Médicos Ltda., de 12/07/2016, sem assinatura sem carimbo do CNPJ do fornecedor.

Às fls. 07/08 - Foi acostado Análise Auditoria Externa do material utilizado, de lavra da Auditora Valkiria T. C. Véras.

Verifica-se que há informações sobre a existência de dotação orçamentária Atualizada (fls. 11).

À fl. 12 - Constata-se que o gestor do órgão acostou aos autos o Reconhecimento e a justificativa do não pagamento da Dívida pelo Gestor do Órgão como determina o Art. 48 do Decreto Estadual nº 51.828/17.

Constata-se, que não foram acostadas as certidões de regularidade fiscal, nem mesmo consta o CNPJ da mesma nos autos.

Não foi acostada a Nota Fiscal devidamente atestada, como efetivamente foi entregue o material.

De toda a explanação e detalhamento dos autos, contidos no **“Exame dos Autos”** do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, trazemos à baila as seguintes considerações, quais sejam:

1. **DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento, que se faça constar nos autos as certidões referentes à regularidade fiscal da fornecedora do material em tela, em atendimento à legislação pertinente.
2. **NOTA DE EMPENHO** – Que o órgão realize a emissão da Nota de Empenho e liquidação no valor total de R$ 600,00 (seiscentos reais).
3. **DO DOCUMENTO FISCAL** – Que seja emitida a devida Nota fiscal da aquisição do material, quando da emissão da Nota de Empenho e que seja **“atestada”** pelo Gestor do Contrato, na falta desse, pelo Gestor responsável pelo recebimento, para se comprovar a efetiva entrega do mesmo, uma vez que não houve perícia médica.

Encaminhem-se os autos ao gabinete da Controladora Geral, para conhecimento da análise apresentada e providências, sugerindo a devolução dos autos ao Órgão de origem, para a solução das pendências processuais apontadas nas alíneas **“a”** a **“c”** ato contínuo, que seja realizado o pagamento ao credor, no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais).

Maceió, 06 de julho de 2017.

Cleonice Ferreira de Carvalho

**Assessor de Controle Interno/ Matrícula nº 95-7**

De acordo:

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**